

**PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO**  
**DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR**  
**PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 001/2026**

**I - DOS RECURSOS**

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes ao CARGO **001 – DIRETOR ESCOLAR**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 001/2026 do PROCESSO SELETIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO.

**II - DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS**  
**ANÁLISE DOS RECURSOS**

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

## **Questão 07**

**Improcedem as alegações do recorrente.**

a) Sujeito - O sujeito é o termo sobre o qual se declara algo ou que realiza a ação verbal. Nesta oração, o verbo está na 1ª pessoa do plural (estamos). Isso indica que o sujeito é "Nós" (sujeito oculto ou desinencial). As "tecnologias" não estão analisando nada; elas são analisadas por alguém. Portanto, o "que" não pode ser o sujeito.

b) Predicativo do Sujeito - O predicativo é uma qualidade, característica ou estado atribuído ao sujeito, geralmente mediado por um verbo de ligação (ser, estar, parecer, ficar).

O verbo aqui é "analisando" (verbo de ação/transitivo). O "que" não é um atributo do sujeito "Nós", mas sim o alvo da análise. Para ser predicativo, a frase teria que ser algo como: "As tecnologias são modernas" (onde "modernas" seria o predicativo).

c) Objeto Indireto - O objeto indireto completa um verbo transitivo indireto e vem sempre acompanhado de uma preposição obrigatória (a, de, com, por, em, etc.).

O verbo "analisar" é transitivo direto. Você analisa algo, e não "a algo" ou "de algo". Como não há preposição antes do pronome relativo (não está escrito "das que" ou "com que" dentro da análise), ele não cumpre o papel de objeto indireto.

**Gabarito mantido.**

**INDEFERIDO**

## Questão 17

**Improcedem as alegações do recorrente.**

b) Incorreta: A matriz curricular jamais pode suprimir os componentes do currículo básico. O tempo integral visa expandir e aprofundar a aprendizagem, e não substituir as disciplinas fundamentais por atividades diversificadas.

c) Incorreta: O tempo integral é focado no desenvolvimento infanto-juvenil durante o dia. O turno noturno é característico da modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos) e não é o padrão para o regime de tempo integral na educação básica.

d) Incorreta: De acordo com a legislação educacional brasileira, carga horária inferior a 7 horas diárias é considerada tempo parcial (ou jornada ampliada, mas não "integral" para fins de registro e fomento). O mínimo de 7 horas é uma regra rígida para a caracterização do regime.

FONTES: EUSÉBIO. Lei Municipal n. 2.194/2024 dispõe sobre a criação e a regulamentação da Educação em Tempo Integral nas Escolas da Rede Municipal de Ensino do Município de Eusébio (CE), e dá outras providências.

Disponível em: <https://eusebio.ce.gov.br/arquivos/38/2194.pdf>.

**Gabarito mantido.**

**INDEFERIDO**

## Questão 33

**Procedem as alegações do recorrente.**

Para Libâneo (2001) a Pedagogia, mediante conhecimentos científicos, filosóficos e técnico-profissionais, investiga a realidade educacional em transformação, para explicitar objetivos e processos de intervenção metodológica e organizativa referentes à transmissão/assimilação de saberes e modos de ação. Ela visa o entendimento, global e intencionalmente dirigido, dos problemas educativos e, para isso, recorre aos aportes teóricos providos pelas demais ciências da educação.

Fonte: LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. Educar, Curitiba, n. 17, p. 153-176, 2001. Editora da UFPR.

**Corresponde a mudança de Gabarito, na Prova 01 e 02, de B para C.**

**DEFERIDO**

### III - DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, estes foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com a decisão e fundamentação supra elencada, com base no Capítulo XIV do Edital que rege este Processo Seletivo. Fica reiterado que ***“A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.”***

Publique-se,

Fortaleza – CE, 28 de janeiro de 2026.

**INSTITUTO CONSULPAM**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO**  
**DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR**  
**PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 001/2026**

**I - DOS RECURSOS**

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes ao CARGO **COORDENADOR PEDAGÓGICO**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 001/2026 do PROCESSO SELETIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO.

**II - DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS**  
**ANÁLISE DOS RECURSOS**

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

## Questão 05

**Improcedem as alegações do recorrente.**

- a) Artigo, adjetivo: O primeiro termo não é artigo. Se fosse artigo, estaria determinando o substantivo "energia" (ex: "A energia é forte"), mas aqui ele serve apenas como ponte de ligação regida pelo termo anterior.
- b) Artigo, verbo: Além do erro do artigo, "nuclear" definitivamente não é um verbo (não indica ação, estado ou fenômeno da natureza passível de conjugação).
- d) Preposição, substantivo: Embora identifique corretamente a preposição, classifica "nuclear" como substantivo. O substantivo da expressão é "energia"; "nuclear" é apenas o seu modificador (adjetivo).

FONTES: BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. Lisboa: Edições João Sá da Costa. (Fonte essencial para a distinção entre preposição e artigo).

**Gabarito mantido.**

**INDEFERIDO**

## Questão 09

### **Improcedem as alegações do recorrente.**

b) "...que regem navios civis nucleares." - Classificação: Oração Subordinada Adjetiva Restritiva.

O "que" é um pronome relativo que retoma o substantivo "regras" (as regras as quais regem...). Orações que caracterizam um substantivo antecedente são adjetivas, não adverbiais.

c) "...eles são à prova de falhas." - Classificação: Oração Principal.

Nesta frase, a oração destacada é a principal. A oração subordinada é a primeira ("Se algo der errado"), que seria uma adverbial condicional. A questão pede que o termo em destaque seja a adverbial.

d) "...que os custos do combustível serão cerca de 40% mais baratos." - Classificação: Oração Subordinada Substantiva Objetiva Direta.

Esta oração completa o sentido do verbo "indicam" (quem indica, indica alguma coisa). Ela exerce função de objeto direto, sendo introduzida pela conjunção integrante "que".

FONTES: BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

### **Gabarito mantido.**

### **INDEFERIDO**

## Questão 12

**Improcedem as alegações do recorrente.**

Conceito de Pasta (Diretório)

As pastas são estruturas criadas para gerenciar a arquitetura do sistema de arquivos:

I - Estrutura lógica que agrupa várias unidades: A pasta não contém dados próprios (como texto ou imagem), mas sim "aponta" para onde os arquivos estão, organizando o espaço.

III - Facilita a navegação e estabelece hierarquia: Pastas permitem criar subpastas (árvore de diretórios), facilitando o controle de quem pode acessar cada setor (permissões).

Conceito de Arquivo

O arquivo é o objeto final que carrega a informação processável:

II - Estrutura unitária lógica: É a menor unidade de armazenamento de dados com significado para o usuário ou sistema.

IV - Identificada por nome, tipo e metadados: Todo arquivo possui uma extensão (tipo, como .pdf ou .exe) e metadados (data de criação, tamanho), sendo manipulado por softwares específicos.

FONTES: TANENBAUM, Andrew S. Sistemas Operacionais Modernos.

STALLINGS, William. Sistemas Operacionais.

**Gabarito mantido.**

**INDEFERIDO**

## Questão 14

**Improcedem as alegações do recorrente.**

- a) Correta: Cita a suspensão dos direitos políticos e a perda da função pública.
- b) Correta: Cita o ressarcimento ao erário (devolução do dinheiro desviado ou do prejuízo causado).
- c) Correta: Reforça que a perda da função pública ocorre sem impedir que o indivíduo responda também criminalmente (ação penal).

FONTES: BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Art. 37, § 4º.

BRASIL. Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa - LIA), atualizada pela Lei nº 14.230/2021.

MAZA, Alexandre. Direito Administrativo. (Fonte para o entendimento das sanções civis e administrativas aplicadas aos agentes públicos).

**Gabarito mantido.**

**INDEFERIDO**

## Questão 23

**Improcedem as alegações do recorrente.**

- a) Lei n.º 5.692/71: Embora tenha ampliado a obrigatoriedade (criando o Ensino de 1º Grau de 8 anos), o seu foco no 2º Grau (atual Ensino Médio) era a profissionalização compulsória. O objetivo era formar mão de obra técnica para o "Milagre Econômico" da ditadura militar, e não uma formação "humanística e crítica".
- b) Lei n.º 11.114/2005: Esta lei alterou a LDB 9.394/96 para estabelecer o início do ensino fundamental aos 6 anos de idade (e não aos 7), dando o passo inicial para a transição para o Ensino Fundamental de 9 anos, que seria consolidada pela Lei 11.274/2006.
- d) Lei n.º 7.044/82: Esta lei foi fundamental para flexibilizar o ensino de 2º grau. Ela revogou a obrigatoriedade da profissionalização (que tinha sido imposta pela 5.692/71), permitindo que as escolas voltassem a focar na formação geral ou no preparo para o vestibular, rompendo com a rigidez do modelo técnico anterior.

FONTES: BRASIL. Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961. (Primeira LDB).

SAVIANI, Dermeval. A nova lei da educação: LDB, trajetória, limites e perspectivas.

**Gabarito mantido.**

**INDEFERIDO**

## Questão 37

**Improcedem as alegações do recorrente.**

O item A está correto, pois a sequência certa é V-V-V-F, porque entende o papel do Conselho de Classe, a representação e a participação conforme, expresso na lei 14.644 de 2023.

Fonte: BRASIL. Lei nº 14.644, de 02 de agosto de 2023. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para prever a instituição de Conselhos Escolares e de Fóruns dos Conselhos Escolares. Diário Oficial da União, Brasília, 03 ago. 2023.

**Gabarito mantido.**

**INDEFERIDO**

## Questão 38

**Improcedem as alegações do recorrente.**

b) Obrigatoriedade: Embora a gestão democrática seja um princípio constitucional, o texto da Lei 14.644 foca na "instituição" e no "fortalecimento" desses órgãos.

c) Constituição: A lei prevê a instituição (o ato de estabelecer) e define as diretrizes para que os sistemas de ensino os regulamentem.

d) Representantes: A lei não altera a LDB "para representantes", mas sim para instituir as instâncias (Conselhos e Fóruns).

FONTES: BRASIL. Lei n.º 14.644, de 2 de agosto de 2023. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional..

**Gabarito mantido.**

**INDEFERIDO**



### III - DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, estes foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com a decisão e fundamentação supra elencada, com base no Capítulo XIV do Edital que rege este Processo Seletivo. Fica reiterado que ***“A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.”***

Publique-se,

Fortaleza – CE, 28 de janeiro de 2026.

INSTITUTO CONSULPAM